

ASPECTOS MULTIDISCIPLINARES DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NO BRASIL

RUIZ, Melissa Salinas¹

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir como violência e experiência transexual se relacionam na sociedade brasileira, além de analisar as principais agressões sofridas por essa população. Para tanto, recorre aos estudos de Berenice Bento, Judith Butler, entre outros, bem como a material produzido pelos próprios sujeitos transexuais. Inicia com uma breve retrospectiva histórica sobre o termo “transexualidade”. Logo, apresenta os conceitos “heteronormatividade” e “transfobia”, discorrendo sobre o modo em que a sociedade direciona os indivíduos a tipos específicos de performance de gênero e sexualidade. Finalmente, cita dados referentes à violência transfóbica no Brasil e os analisa. Conclui que a população transexual é uma das minorias mais sujeitas a violência, o qual requer que o debate seja ampliado nas mais diversas esferas, a fim de promover um combate efetivo à transfobia.

Palavras-Chave: Transexualidade; Violência; Transfobia; Heteronormatividade;

Abstract: The current article discusses the different forms in which the transgender experience relates to violence in Brazilian society. Therefore, recurs to the scientific production of authors such as Berenice Bento and Judith Butler, and to data produced by a transgender people organization. This article begins presenting a brief historical retrospective to the uses of the word “transsexual”. Then, presents the concepts “heteronormativity” and “transphobia”, discussing the ways in which society leads individuals to specific gender performances and sexualities. Finally, exposes and analyzes data regarding the violence suffered by transsexual people in Brazil. Concludes that transsexual are dangerously exposed to violence, which request more discussion regarding the subject, in order to implement changes that would effectively fight transphobia.

Key-Words: Transsexuality; Violence; Transphobia; Heteronormativity;

Introdução

¹ Aluna Regular do Doutorado Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteira pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: m_salinas@hotmail.com

Analisar a relação entre transexualidade e violência no Brasil constitui uma tarefa necessária, porém complexa. A ausência de dados oficiais a respeito do número de pessoas transexuais no Brasil, bem como a inexistência de mapeamento oficial das agressões e assassinatos desses sujeitos, evidenciam a maneira como essa população encontra-se invisibilizada no Brasil.

Embora os estudos de gênero e *queer* que abordam a transexualidade tenham aumentado – conforme aponta o acervo do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no qual mais de cinquenta por cento das produções científicas sobre transexualidade foram produzidas nos últimos cinco anos – e que algumas garantias importantes tenham sido conquistadas por essa população, o estigma que recai sobre a pessoa transexual ainda produz resultados alarmantes no âmbito nacional. O fato de a sociedade brasileira ser heteronormativa e patriarcal (CABRAL, 2012) faz com que a transfobia se torne a “regra” na sociedade brasileira, o qual se reflete no alto índice de assassinatos, agressões e exclusão da pessoa transexual do ambiente laboral e escolar, entre outros.

Este trabalho se propõe a discutir sobre a violência física, simbólica e seus desdobramentos para a população transexual. Para tanto, problematiza conceitos chave como “gênero” e “sexualidade”, a fim de que possam ser discutidos os mecanismos sociais que direcionam os sujeitos a um padrão identitário que, se não respeitado, situa os dissidentes como párias. Logo, disserta sobre a transfobia no Brasil, apresentando dados que, mesmo não tendo sido produzidos por fontes oficiais, permitem ter uma dimensão da gravidade da violência transfóbica no Brasil. Dessa maneira, busca ressaltar a necessidade de compreender a complexidade do fenômeno da violência transfóbica, pois esta vai além dos aspectos da agressão física, perpassando questões como abandono familiar, evasão escolar e falta de acesso à saúde.

Notas sobre gênero, sexualidade e transexualidade

De acordo a Chaves (1971, p. 149), minorias sociais são “um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, ‘maioritário’”. O uso da expressão

“minoría”, dessa maneira, não se relaciona necessariamente ao índice numérico de pessoas que integram as categorias tidas como minoritárias – o último censo do IBGE, por exemplo, estabelece que as mulheres no Brasil são, quantitativamente, a maioria – mas às relações de poder que estabelecem com os demais grupos sociais. Em suma, minoria seria quem se distancia do ideal de sujeito masculino, branco e heterossexual (SAFFIOTI, 2004).

É possível observar através dessa definição que referenciais de raça, gênero e sexualidade – sendo possível acrescentar outros, como religião, classe social, etc. – se relacionam, construindo um sujeito que, durante muitos séculos, foi tido como universal, hegemônico, tanto nas relações sociais cotidianas quanto na constituição do pensamento científico. A fim de quebrar esse paradigma, o século XX deu origem a posicionamentos teóricos que buscaram reparar a invisibilização sofrida pelas múltiplas possibilidades identitárias. A necessidade de criar uma razão cosmopolita, apontada por Boaventura de Sousa Santos (2002), o giro decolonial, de autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Enrique Dussel, e a teoria *queer*, inaugurada pela coletânea de Eve K. Sedwig (MISKOLCI, 2007), são algumas dessas perspectivas teóricas.

Afirma Miskolci (2007) a relação dos estudos decoloniais e *queer*, pois ambos realizam uma nova leitura da sociedade e do conhecimento por ela produzido. A medida em que os teóricos decoloniais denunciam o eurocentrismo e suas consequências para as nações periféricas, a teoria *queer* aponta a existência de dispositivos históricos que direcionam os sujeitos a formas específicas de viver o gênero e a sexualidade. Enquanto as teorias decoloniais tratam da marginalização das nações que estão fora do eixo Europa e América do Norte, os estudos *queer* analisam os processos sociais que determinam a exclusão de algumas sexualidades e identidades de gênero.

Tratar a respeito da transexualidade, enfoque deste trabalho, requer a problematização de conceitos que são, muitas vezes, percebidos de maneira naturalizada. Desconstruir termos como “gênero”, “sexo” e “sexualidade” é o fazer teórico dos estudos de gênero e teoria *queer*, integrando as denominadas “teorias subalternas”. Influenciada pelos dizeres de Michel Foucault e Derrida, a teoria *queer* parte do pressuposto de que gênero, sexo e sexualidade são categorias construídas que se relacionam, porém que não são sinônimas. Nesse sentido,

transexualidade seria a oposição da cisgenderidade, sendo chamado de cisgênero quem se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer, numa perspectiva que, embora se relacione com a sexualidade, não é sinônimo de orientação sexual (LANZ, 2014).

Segundo Bento (2003) é possível identificar três perspectivas teóricas referentes aos estudos de gênero. A universal, correspondente às primeiras produções acadêmicas de autores como Simone de Beauvoir, a relacional e, finalmente, a plural, com a qual dialogam os estudos *queer*.

A teoria *queer* buscou quebrar o caráter essencialista do gênero e criticou as primeiras abordagens sobre o tema na literatura científica, pois focavam no gênero feminino e o constituíam como aquilo que é oposto ao masculino. Esse caráter essencialista seria incapaz de abarcar a pluralidade da vivência feminina.

Ao tratar da evolução dos estudos de gênero do universal ao plural, Berenice Bento critica as abordagens universalizantes:

Nesse primeiro momento, a visibilização da mulher como uma categoria universal correspondia a uma necessidade política de construção de uma identidade coletiva que se traduziria em conquistas nos espaços públicos. No entanto, os perigos ou os limites dessa concepção estão na especialização das identidades, por um lado, e na vitimização do sujeito mulher, por outro (BENTO, 2008, p.73).

A perspectiva teórica relacional, a qual sucedeu às análises de gênero universais, também é tida como insuficiente pela teoria *queer*. Vide a explicação de Berenice Bento:

Talvez o problema resida no fato de que, ao estudar os gêneros a partir das diferenças sexuais, está se sugerindo explicitamente que todo discurso necessita do pressuposto da diferença sexual, sendo que esse nível funcionaria como um estágio pré-discursivo. Aqui, parece que as concepções relacionais e universais tendem a encontrar-se. A cultura entraria em cena para organizar esse nível pré-social, ou pré-discursivo, para distribuir as atribuições de gênero, tomando como referência as diferenças inerentes aos corpos sexuais (BENTO, 2008, p. 76).

Conforme exposto, é através dos teóricos *queer* que irá dissociar-se gênero de sexo, ou seja, deixará de se associá-lo a um tipo específico de genitália ou orientação sexual. Nessa

perspectiva, transexual seria o indivíduo que se identifica com um gênero distinto àquele de seu nascimento.

Além das contribuições dos estudos de gênero e *queer*, é necessário fazer menção à percepção das ciências biomédicas sobre transexualidade, pois é na literatura médica que ocorre o primeiro uso do termo “transexual”. Em adição, devido ao prestígio do discurso biomédico, o fato deste ter considerado a transexualidade uma patologia ainda influenciava na leitura que a sociedade faz de pessoas trans.

O sexólogo alemão Magnus Hirschfeld referiu-se a “transexualpsíquico” para designar um grupo de comportamentos sexuais desviantes àqueles resguardados pelo Código Imperial de 1870. Sua abordagem buscava distanciar essas práticas da tutela jurisdicional, descriminalizando-as, pois considerava-as patológicas. Os estudos de Hirschfeld, dessa maneira, não negavam a hegemonia da heterossexualidade vivenciada na época, mas substituíam a criminalização das condutas pela patologização (GRANT, 2015).

O primeiro uso da expressão “transexual” ocorreu na década de 1940, através do estudo que Cauldwell realizou sobre uma pessoa transexual masculina. É, no entanto, na década de 60, por meio do trabalho de Harry Benjamin e o lançamento do livro *The transsexual phenomenon*, que o debate sobre transexualidade se intensifica. A criação da *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBGIDA)*, que buscou estabelecer parâmetros de diagnóstico e tratamento para transexuais, a afirmação de John Money de que seria possível modificar o gênero de crianças – conclusão a qual chegou através de estudos com crianças intersexo – e a perspectiva de Robert Stoller – que afirmava a possibilidade da cura de transexuais por meio do tratamento psicológico – culminaram na inclusão da transexualidade no Código Internacional de Doenças (CID) em 1980.

Nesse período, as discussões das ciências médicas se orientavam em torno ao diagnóstico e cura das pessoas transexuais, motivo pelo qual os profissionais das áreas da saúde consideraram um avanço a inserção desta no CID (BENTO, 2008).

A transexualidade foi retirada, no ano de 2018, da lista de doenças mentais presentes no CID. No entanto, a patologização que sofreu durante décadas, nas quais tanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto a *American Psychological Association (APA)* as

inseriram em seus manuais diagnósticos – CID e DSM, respectivamente – influenciaram de maneira determinante o modo em que a experiência transexual é percebida pela sociedade. O CID – 11, elaborado em 2018, dialoga com essa perspectiva, pois trata da transexualidade em capítulo referente à saúde sexual.

Fala-se em “experiência transexual” pois é esta a noção defendida pelas pessoas trans, a qual as fez articularem-se social e politicamente para combater os discursos patologizantes. É relevante mencionar essa atuação pois influenciou de maneira determinante na despatologização da transexualidade, além de mostrar a importância das vozes trans no combate à transfobia e na construção de uma sociedade que acolha o indivíduo transexual.

Levando isto em consideração, no seguinte tópico será explicado o conceito de “transfobia” e como este se relaciona aos dispositivos sociais que direcionam as identidades à cisgeneridade e heterossexualidade.

Heteronormatividade e transfobia

É possível definir transfobia como:

Medo, repulsa e/ou aversão a quaisquer expressões de gênero fora do binômio masculino-feminino. O indivíduo transfóbico desenvolve o desejo mórbido e compulsivo de isolar, prejudicar, ameaçar, espancar ou até mesmo de matar pessoas trans (...) (LANZ, 2014, p. 333).

A fim de compreender a definição exposta, faz-se necessário o aprofundamento no debate sobre o gênero pois, conforme consta na explicação de Lanz, pensá-lo requer que se ultrapasse percepções binárias sobre o masculino e feminino. Para compreender a transexualidade pelo viés identitário e da experiência, sempre com a ressalva apontada por Bento (2008) de não pensar a transidentidade de maneira unívoca, faz-se útil realizar uma retrospectiva dos estudos de gênero.

Dessa maneira, a perspectiva dos estudos *queer* foi responsável por apontar que sexo, gênero e sexualidade são categorias construídas em nossa sociedade. A teoria da performatividade de Judith Butler (2004), nesse sentido, afirma que não há um gênero, sexo ou sexualidade pré-discursivos, neutros. Estes se constituem, segundo a autora, pela repetição, a qual produz as condutas desejáveis e exclui os traços tidos como desviantes.

O poder que tem o discurso para realizar aquilo que nomeia está relacionado com a performatividade, ou seja, com a capacidade de os atos linguísticos citarem reiteradamente as normas de gênero, fazendo o poder atuar como/e no discurso (BENTO, 2008, p. 46)

Para Butler (2004), o discurso tem o poder de reiterar as normas de gênero. Isto não significa, porém, que a atuação individual possa modificar a maneira em que o gênero é percebido. A autora afirma que é pela intelegibilidade que ocorre o reconhecimento do gênero, e esta somente é obtida quando múltiplos sujeitos agem em pró da modificação da concepção hegemônica, a qual estabelece o binarismo de gênero.

O exposto relaciona-se à questão trans de distintas formas. Em princípio, ao clamar um gênero distinto àquele de seu genital, o transexual rompe às expectativas sociais, as quais associam a cisgeneridade e a heterossexualidade à normalidade. A partir disto, a sociedade passa a considerá-lo um pária social, pertencente às margens, ao periférico. Levando em consideração o poder do discurso em reiterar e produzir “verdades”, o transexual acaba sendo constituído em torno a esse imaginário de exclusão e marginalidade.

Quando se age e se deseja reproduzir o homem/a mulher "de verdade", espera-se que cada ato seja reconhecido como aquele que nos posiciona legitimamente na ordem de gênero. No entanto, nem sempre o resultado corresponde aquilo que é definido e aceito socialmente como atos próprios a um homem/uma mulher. Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizarem as normas de gênero, que geralmente utilizam a violência física e/ou simbólica para manter essas práticas as margens do considerado humanamente norma (BENTO, 2008, p. 93)

Segundo a autora, masculino e feminino são produzidos e reiterados no discurso, o qual reflete na vivência social. É dessa maneira que se constroem os estereótipos de masculino e feminino e que se constitui a pressão social para adequar-se a eles. Portanto, os processos discursivos e sociais que determinam “força”, “virilidade” e “agressividade” como características masculinas, são os mesmos que irão segregar o homem que não se adequar a elas.

No caso das pessoas trans, o discurso social hegemônico em uma sociedade heteronormativa dita que são sujeitos pervertidos e doentes. A recorrência do discurso patologizante nas ciências médicas influenciou a percepção de toda a sociedade em relação às pessoas trans, reforçando os discursos que as consideram transgressoras, abjetas e, portanto, incapazes de se integrar ao convívio social. Ao ousarem transgredir uma das normas mais básicas – a divisão homem/macho e mulher/fêmea – os transexuais são excluídos das múltiplas esferas sociais pois distintos ao padrão de identidade hegemônico na atualidade.

Sobre a padronização da identidade, expõe Oliveira:

(...) a hierarquia máxima esta destinada a homens (nascidos com a genitália tida como masculina), brancos, heterossexuais, monogâmicos, sem nenhuma deficiência (física ou mental), não empobrecidos, jovens, cristãos, ocidentais (OLIVEIRA, 2013, p.4).

A percepção do masculino como hegemônico – fruto da construção de distintos discursos ao longo dos séculos, do médico ao religioso cristão – traz ressalvas, conforme consta do exposto por Oliveira. O fenótipo branco, seguir uma religião de matriz cristã e possuir uma conduta afetiva e sexual monogâmica são as características tidas como ideais. Quanto mais distantes desse padrão, maior será a desvalorização das demais identidades, tidas como secundárias, mesmo que não exista inferioridade numérica. Exemplo disto é o que acontece com a população parda e negra brasileira, maioria numérica, porém percebida como minoria social.

Devido à recorrente confusão entre gênero e sexualidade que ocorre fora do âmbito da academia, a pessoa transexual é comumente percebida como alguém que transgredir condutas de gênero e sexuais, o qual aumenta sua segregação. Tendo isso em vista, para ser aceito, o transexual acaba por submeter-se a uma “asepsia”, a qual nada mais é do que uma tentativa de adequação às normas binárias de gênero, numa tentativa de aproximar-se ao padrão identitário tido como aceitável. Nesse sentido, transexuais buscarão adotar as “características” do gênero ao qual afirmam pertencer, almejando por meio disto ter suas experiências legitimadas.

Quando o saber médico nomeia a experiência transexual a partir da naturalização, está citando as normas que fundamentam e constroem os gêneros a partir do dimorfismo. Quando se definem as características dos transexuais, universalizando-as, determinando padrões para a avaliação da verdade, gerando hierarquias que se estruturam a partir de exclusões (BENTO, 2008, p. 46).

Não é apenas quando desejam submeter-se à cirurgia de redesignação sexual que transexuais sentem-se forçados a reproduzir a concepção binária de gênero. A “passabilidade”, qual seja a capacidade de parecer uma pessoa cisgênero, é desejada por inúmeros transexuais e requer que busquem adequar-se o máximo possível aos estereótipos de gênero (ALMEIDA, 2018). Possuir um alto grau de passabilidade lhes permitiria circular por espaços que, muitas vezes, não ocupariam, pelo temor à violência.

Segundo Namaste (2006), *genderbashing* é a discriminação que pessoas trans e não binárias sofrem ao ocupar espaços que não lhes são dedicados. Para a autora, os ambientes não são neutros, o qual leva sujeitos trans a evitarem espaços públicos e a frequentarem “guetos”, ambientes onde a prostituição e uso de drogas aumentam consideravelmente o risco de sofrerem violência.

Através do exposto, nota-se como a sociedade direciona os corpos às performances de gênero e sexualidade desejáveis, hierarquizando comportamentos:

Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos à presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas (RUBIN, 2017, p. 16)

Para a autora, “as castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis (...)” (RUBIN, 2017 p. 16). Dessa maneira, a exclusão das pessoas trans é ocasionada por mecanismos sociais que atuam na segregação de seus corpos, vistos como desviantes pois contrariam as “expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade” (MISKOLCI, 2007, p. 5).

Foi Michael Warner, em 1991, quem cunhou o conceito de “heteronormatividade” para designar os processos sociais que produzem e reproduzem a crença num gênero e sexualidade “natural”.

Como um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, a heteronormatividade marca até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. As formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não-hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na díade ativo/passivo dos gays, a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais. Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2007, p. 6).

Ao buscar exercer controle sobre os corpos, o direcionamento heteronormativo se faz presente em todas as relações sociais, visto que é através do corpo que essas relações se efetivam. Inexistindo uma esfera da experiência anterior à vida corpórea, transgredir as normas da heteronormatividade situa o sujeito na marginalidade, excluindo-o das distintas esferas sociais e “justificando” a violência contra ele. Quando perpetuada contra pessoas transexuais – uma das muitas possibilidades identitárias que contrariam a norma – a violência é denominada de transfóbica, pois oriunda da transfobia, que é a crença, discurso ou ação voltada à discriminação de pessoas transexuais.

No Brasil, embora não se criminalizem os comportamentos que não se adequem ao padrão cisgênero e heterossexual, a heteronormatividade produz reflexos nefastos para as pessoas transexuais. Portanto, o próximo tópico focará nas maneiras em que se manifesta a violência transfóbica no Brasil, apresentando dados e relacionando os abusos à bibliografia científica sobre a experiência transexual.

Transfobia no contexto brasileiro

Segundo pesquisa realizada pela ONG *Transgender Europe*, o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. De modo paradoxal, não são produzidos no país dados oficiais sobre esse tipo de violência, o qual torna necessário recorrer aos levantamentos realizados

pelas próprias organizações e coletivos de indivíduos trans. Dentre elas, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) desempenha papel de destaque, pois atua desde 1992 – período no qual adotava o nome de ASTRAL, nomenclatura que foi alterada no ano 2000 – na defesa dos interesses da população transexual, particularmente na proteção desta contra a violência social (CARRARA e CARVALHO, 2013).

Além de contar com mais de 300 organizações filiadas a ela, a ANTRA realiza, desde 2017, o mapeamento dos assassinatos da população trans, trabalho que, anteriormente, era realizado exclusivamente pelo Instituto Brasileiro Transexual de Educação (IBTE). Este empreendimento deu origem ao “Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017” e “Dossiê assassinatos e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018”, os quais estão disponíveis no *website* da ANTRA. Assim o sendo, esses dados tornam-se a principal fonte nacional a respeito da violência transfóbica.

Sobre a obtenção das informações presentes nesses documentos, a ANTRA ressalta que:

(...) não conta com nenhum apoio para realizar este levantamento, seja no ambiente virtual ou mesmo em loco, em todo o Brasil, em cada município, estado, delegacia, Hospital, IML, etc., exatamente por não contarmos com recursos (financeiros ou materiais) destinados a este fim, bem como pessoal e sem o devido acesso as informações, que muitas vezes são sigilosas e/ou inexistentes (ANTRA, 2018, p.12).

A falta de recursos e de apoio para a realização do trabalho impossibilita a obtenção de dados que reflitam a real situação da violência transfóbica no Brasil. Realizando o levantamento das mortes através da análise de jornas e websites, a ANTRA e suas associadas têm que lidar com problemáticas como a subnotificação, falta de respeito ao nome social e o pouco interesse da mídia em denunciar esse tipo de ilícito. Os aspectos citados prejudicam a coleta de dados, o qual resulta na incerteza a respeito da magnitude da transfobia no Brasil.

A despeito disso, os números obtidos são alarmantes, sobretudo ao levar-se em consideração o contexto internacional. Em 2016, por exemplo, 144 mulheres trans foram assassinadas no Brasil, número consideravelmente mais elevado do que os 26 assassinatos de trans mulheres ocorridos nos Estados Unidos (ANTRA, 2018).

O racismo brasileiro – apontado por estudiosos como Kabengele Munanga e Roberto DaMatta – reflete-se nas mortes denunciadas pela ANTRA, visto que, em 2018, oitenta por cento das transexuais assassinadas foram pardas ou negras. Considerando-se que o acesso à educação e ao trabalho é mais difícil à população negra, inclusive cisgênera, o preconceito sofrido pelas transexuais negras ultrapassa os aspectos transfóbicos. Numa sociedade em que o racismo é velado pois prega-se a miscigenação racial, os estereótipos a respeito de homens e mulheres negros – a sexualização desses sujeitos na teledramaturgia constitui exemplo – lhes dificulta o acesso a posições tidas como de destaque na sociedade, bem como a garantias básicas, tal como a igualdade salarial.

O recorte de gênero, além do racial, também deve ser ressaltado nessa análise. De acordo à ANTRA, é expressivamente superior o número de transexuais femininas assassinadas em comparação ao de transexuais masculinos.

No ano de 2018, lembrando incansavelmente do aumento da subnotificação desses dados, ocorreram 163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos (ANTRA, 2019, p. 15)

O Dossiê considera que 1,9 % da população seja trans, dos quais 1,1 % seriam transmulheres e 0,9 % transhomens, seguindo os dados obtidos por meio da pesquisa *Sport and transgender people: a systematic review of the literature relating to sport participation and competitive sport policias*. Embora o número de transmulheres seja mais elevado, seu alto índice de assassinatos pode ser analisado também sob o viés do machismo, que se relaciona diretamente com a LGBTIfobia (ANTRA, 2019). Identificar-se com o gênero feminino faz com que as transmulheres se tornem alvo de uma violência transfóbica distinta à vivenciada por transhomens, haja vista estarem incorporando uma feminilidade que, na sociedade brasileira machista, situa sua portadora como inferior, suscetível à dominação masculina.

A percepção da postura predatória em relação às mulheres trans se corrobora ao analisar a relação da prostituição com os assassinatos. Aponta a ANTRA que 65 % desses homicídios foram praticados contra prostitutas. Torna-se evidente a percepção machista de que o corpo feminino pode ser utilizado e descartado, principalmente ao analisar-se o número

de assassinatos por região no Brasil. A região nordeste, na qual há elevados índices de agressão a mulheres trans e cisgênero, é onde se encontra o maior número de mortes de transexuais. A existência do imaginário social machista que traz o homem nordestino como “cabra macho” pode ser apontada como uma das causas que contribuem para a gravidade da transfobia existente no nordeste.

O que denota o ódio às prostitutas, em um país que ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles (ANTRA, 2019, p. 19).

Em torno de 90% das transexuais brasileiras se prostituem (ANTRA, 2018). Devido ao modelo jurídico adotado pelo Brasil ser o abolicionista – no qual a prostituição não é criminosa, porém tampouco é regulamentada – as transexuais prostitutas formam redes de apoio, buscando com isto minimizar a violência. Nessas redes, a figura da “mãe” não pode ser descrita meramente como uma cafetina. Embora recebam dinheiro das prostitutas em troca de moradia e proteção, as “mães” estabelecem relações muito mais complexas com as transexuais, sendo respeitadas por estas e, muitas vezes, auxiliando-as a alcançar metas como a compra de um carro ou a realização de uma cirurgia (CABRAL, 2012). Constituem, dessa maneira, uma figura de apoio relevante para as trans que se prostituem.

Ainda assim, abusos são recorrentes, traduzindo-se em assassinatos e agressões, tal como expõe Larissa Pelúcio:

(...) há as chamadas ‘*curras*’, em que rapazes as abordam e as obrigam a sexo oral ou mesmo com penetração; falsos clientes que as violentam e assaltam; policiais que as extorque e humilham; brigas com e traficantes; entre travestis e *michês*, por conta de pontos de prostituição, acerto de dívidas de drogas e de amores; desentendimentos entre si, gerados por motivos que vão da disputa por clientes, acertos de contas por comentários depreciativos e delações. Muitas vezes e esses embates terminam de forma trágica, sendo o uso de facas e canivetes o meio de defesa mais usado por elas (PELÚCIO, 2007, p. 34)

As agressões citadas constituem, também, violência simbólica pois “essa dinâmica da noite nos espaços de prostituição (...) incide sobre a percepção que tem de si mesmas, chegando algumas a se julgarem merecedoras de alguns atos violentos” (PELÚCIO, 2007, p. 34). Ao incorporarem a noção de que “merecem” a violência, as transexuais acabam encontrando dificuldade em manter condutas de autocuidado e preservação, o qual se reflete no uso de drogas, nas práticas sexuais sem proteção etc.

Sem pretender construir um discurso vitimizador, é preciso ressaltar as inúmeras situações violentas (sejam simbólicas ou físicas) em que se vêem envolvidas, pois estas incidem diretamente sobre as questões preventivas e de cuidados em si (PELÚCIO, 2007, p.33).

Além das condutas expostas, outra prática de risco intimamente relacionada à realidade transexual é a busca pelas injeções de silicone industrial, administradas pelas “bombadeiras”, mulheres que realizam o procedimento de aplicação do silicone industrial nos corpos das transexuais. O desejo de exibir corpos femininos e curvilíneos, aliado à dificuldade de acessar o sistema de saúde para a realização de cirurgia estética, faz com que transmulheres se submetam a esse perigoso procedimento. O uso de um composto tóxico para a saúde, em um ambiente não esterilizado, por meio das mãos de pessoas sem qualquer treinamento médico, gera um elevado risco de infecções, necroses e obstruções de vasos sanguíneos, que podem levar à morte (CABRAL, 2012).

O desejo de modificar rapidamente seus corpos, bem como a impossibilidade de arcar com os altos custos de uma cirurgia estética, levam as transexuais a recorrer às bombadeiras. O uso de hormônios femininos acaba tornando-se insuficiente para alcançar as mudanças almejadas, sobretudo se forem seguidas as instruções médicas para sua utilização. Menciona Cabral (2012) que, na ânsia de obter resultados rápidos, as transmulheres duplicam ou triplicam as doses do hormônio, o qual também traz riscos para sua saúde.

Muito mais que oriunda da vaidade, a vontade de feminizar seus corpos e traços constitui, para as transexuais, um meio de se proteger da violência. Possuir elevada passabilidade auxilia a circular fora dos contextos de marginalidade (ALMEIDA, 2018), além de evitar condutas que, mesmo não se tratando de agressões físicas, não deixam de ser abusivas.

Exemplo disto é o desrespeito ao nome social, queixa frequente da população transexual. Afirma a ANTRA (2018, p.8) que “é violência também não respeitar o nosso nome social e a nossa identidade de gênero”. Seja no momento em que procuram atendimento médico (ALMEIDA, 2018), ao efetuar a matrícula em uma universidade (BRITO, 2016) ou dentro da sala de aula (OLIVEIRA, 2015), inúmeras são as situações em que transexuais tem seu nome social – e, conseqüentemente, seu gênero – desrespeitados.

Com o julgamento da ADI 4275 pelo STF, no dia 1º de março de 2018, e o subsequente provimento n. 73 do CNJ, fica assegurado às pessoas transexuais o direito à alteração do nome e do gênero em cartório, sem a necessidade de ter sido realizada a cirurgia de redesignação sexual. No entanto, este direito também vem sendo desrespeitado, o qual motivou à ANTRA, em parceria com o Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos, a criar a cartilha “Eu existo – alteração do registro civil para pessoas trans”. Nela, além de informações básicas sobre a alteração de nome, estão dispostos os canais através dos quais deve ser feita a denúncia dos cartórios que atuem irregularmente.

A despeito de algumas conquistas recentes, a população transexual ainda constitui uma das minorias sociais mais sujeitas à violência no Brasil. No artigo “Transfobia, controle social e políticas públicas de atendimento”, contido no “Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017”, o delegado Mário de Carvalho Leony expõe a precariedade do enfrentamento à transfobia, tendo em vista a insuficiência das políticas públicas que se propõe a esse fim.

Além das agressões sofridas devido à identidade transexual, aponta Leony (ANTRA, 2018, p. 93) que “pessoas Trans podem vir a ser alvo de homofobia, tal como homossexuais podem ser alvo de transfobia, por pessoas que equivocadamente não distinguem identidade de gênero de orientação sexual”. Ocorreria uma dupla vitimização, resultante de uma sociedade que classifica determinadas identidades de gênero e sexualidades como desviantes e, em virtude da falta de conhecimento, como sinônimos.

No momento em que acionam o aparato policial para investigar a violência transfóbica, frisa Leony, os indivíduos trans também estão sujeitos a abusos. O autor aponta

que a vítima de transfobia é tratada de maneira distinta das demais vítimas de violência. Nas palavras do autor:

(...)a vítima deva ser encarada como “construção criminal”, pois em toda sociedade existe um processo constante de construção e desconstrução de vítimas, a exemplo dos LGBT’s outrora processados e condenados na Inquisição, alçados à categoria de criminosos; posteriormente patologizados numa perspectiva higienista, não menos discriminatória e segregadora; atualmente livres na manifestação de suas sexualidades e identidades (ANTRA, 2018, p. 107).

A vitimização secundária, desse modo, impede ao transexual que sofreu violência de ter pleno acesso à justiça, já que acaba lhe sendo imposto o papel que deveria caber à autoridade policial. Mesmo que seja dever da polícia a investigação criminal, o fato de esperar que a vítima se envolva ativamente na investigação, além das muitas situações em que essa vítima é obrigada a dividir o ambiente com o agressor, assemelham a busca pela justiça uma nova agressão (ANTRA, 2018).

Observa-se a falta de acesso efetivo ao sistema judicial nos casos de agressão pois o tratamento da autoridade policial em relação à vítima transexual é, muitas vezes, preconceituoso. Consequentemente, haverá subnotificação desse tipo de delito, o qual resulta em impunidade e na ausência da real dimensão da violência transfóbica na sociedade brasileira.

Diversas são as formas de abuso enfrentadas pelas pessoas transexuais, tendo sido expostas neste trabalho apenas as principais. Existir em uma sociedade como a brasileira, que apresenta a heteronormatividade como regra e que não discute a respeito da diversidade de gênero e sexual, faz com que a transfobia seja uma prática comum. Nesse sentido, o ativismo social e político da população transexual é essencial na promoção da cidadania.

No entanto, não é possível restringir o debate sobre transfobia aos círculos frequentados pelos sujeitos trans. É responsabilidade das três esferas estatais o cuidado integral aos transexuais, pois a proteção garantida pela Constituição Federal aos brasileiros não realiza distinção de gênero ou sexualidade para ser efetivada.

Para tanto, a população transexual deve ser respaldada por estratégias de segurança pública especificamente voltadas a atendê-los. A criação de delegacias especializadas, a inclusão das transmulheres na proteção da Lei Maria da Penha – o qual, atualmente, ocorre em apenas

seis dos estados brasileiros (ANTRA, 2019) – a implementação de canais específicos de denúncia etc. são algumas das muitas demandas dos coletivos trans.

Deve ressaltar-se, ainda, a relação da evasão escolar e do difícil acesso ao mercado de trabalho com a vulnerabilidade dos sujeitos trans. Através de trabalhos como os de Brito (2016) e Oliveira (2015) nota-se como o ambiente escolar e universitário acaba hostilizando o indivíduo trans. Seja na falta de apoio da instituição para a resolução de impasses – conforme comenta Brito (2016) ao revelar as dificuldades enfrentadas pelas alunas trans para usar os serviços higiênicos – ou na pouca receptividade da figura da professora transexual, a pessoa trans tem seu acesso à educação, em todos os níveis, prejudicado.

Com um baixo índice de escolaridade, a população transexual acaba não conseguindo se inserir no mercado de trabalho. A prostituição acaba se tornando a única alternativa viável a esses sujeitos, a despeito dos inúmeros riscos que a atividade acarreta no Brasil. Considerando que mais de 90% de transexuais no Brasil se prostituem (CABRAL, 2012), buscar maneiras de promover o acesso do sujeito trans ao mercado de trabalho é estratégia fundamental para combater a violência transfóbica.

O incentivo ao trabalho artístico de *drag queens*, travestis e transexuais, considera-se, é importante meio de combate ao aspecto simbólico da transfobia. Nesse sentido, o recente sucesso da *drag queen* Pablo Vittar e a presença da transexual Nanny People na teledramaturgia de uma importante emissora nacional, auxiliam a desconstruir a percepção desses indivíduos como doentes e abjetos. Embora sejam necessárias muito mais iniciativas similares, o recente sucesso das figuras artísticas mencionadas indica a possibilidade de romper os estereótipos negativos em torno a indivíduos trans.

Tendo em vista o exposto, este trabalho buscou dissertar sobre as distintas formas de vivência as quais estão sujeitas as pessoas transexuais. A partir da articulação entre as discussões teóricas e os dados referentes à violência, esta análise expôs aspectos da sociedade brasileira que lesam o indivíduo trans, o segregando e perpetuando o ciclo da violência transfóbica. Esse aprofundamento do debate referente à violência sofrida por transexuais, considera-se, constitui aspecto essencial à transformação da sociedade brasileira, pois urge identificar os problemas enfrentados pelas pessoas transexuais para efetivamente combatê-los.

Considerações Finais

No presente trabalho discutiram-se as inúmeras formas de violência que a população transexual brasileira enfrenta, violências ditas transfóbicas pois decorrentes da crença na inferioridade dos sujeitos trans. Para tanto, inicialmente, forneceu-se uma breve retrospectiva histórica do uso do termo “transexual”, bem como das maneiras em que gênero e sexualidade foram discutidas pela academia.

A perspectiva dos estudos de gênero e *queer*, adotados nesta análise, foram apresentados no segundo tópico, tendo em vista que é por meio destes que foi possível compreender a transexualidade como possibilidade identitária. Ainda, esse referencial teórico permitiu analisar as maneiras em que a sociedade atua para direcionar os sujeitos às performances cisgênero e heterossexual, pois percebidas como “naturais”.

Nesse sentido, a discussão sobre os conceitos “heteronormatividade” e “transfobia” se propôs a esclarecer as dinâmicas sociais que marginalizam transexuais e as consequências dessa estigmatização.

Finalmente, o último tópico apresentou a violência transfóbica no panorama brasileiro, destacando a gravidade da questão e o descaso que a população trans enfrenta em relação a suas demandas. Para tanto, utilizou dados obtidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e os analisou em fase das produções teóricas nacionais sobre a vivência transexual, as quais desvelam as muitas facetas da transfobia no Brasil.

Concluí que, além das manifestações físicas da violência, há formas de abuso mais sutis, mas que também constituem uma grave afronta à dignidade da pessoa trans. Além da intolerância da sociedade civil, o preconceito existente dentro das instituições, dentre elas a policial, impede que haja um efetivo combate à transfobia, pois vitimiza os transexuais nos momentos de mais vulnerabilidade.

O fato de terem havido conquistas para a população transexual não pode gerar a ilusão de que há um combate eficaz contra a violência transfóbica. Dessa maneira, além do combate às agressões físicas e da percepção de que a violência simbólica também deve ser combatida,

há a necessidade de promover o acesso da população trans à educação, saúde e ao mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Anderson Santos. **Vidas em espera: uma etnografia sobre a experiência do tempo no processo transexualizador**. Goiânia: UFG, 2018.

ANTRA. **Dossiê do mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. PDF, 2018. Disponível em <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. PDF, 2019. Disponível em <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRITO, Camila Pina. **“Já é negro e ainda quer ser travesti?”** – experiências trans de mulheres negras. Jequié: UESB, 2016.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

CABRAL, Julieta Vartabedian. **Geografia travesti: cuerpos, sexualidad y migraciones de travestis brasileñas (Rio de Janeiro-Barcelona)**. Barcelona: UB, 2012

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mario. **Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad. vol 2. n.14, p. 319-351, 2013.

CHAVES, Luiz de Gonzaga Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1971.

GRANT, Carolina. **Direito, bioética e transexualidade: um estudo sobre os limites e as possibilidades de ampliação da tutela jurídica das experiências trans***. Salvador: UFBA, 2015.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** Curitiba: UFPR, 2014

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização.** In: 16º Congresso de Leitura do Brasil, Campinas, 2007. Disponível em <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf> Acessado em 10 de mai. 2019.

NAMASTE, Viviane Ki. **Genderbashing.** Sexuality, Gender, and the Regulation of public space. In: Stryker, Susan e Stephen Whittle. *The transgender studies reader.* Routledge: New York, p. 584-600, 2006.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, Florianópolis, 2013. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384804329_ARQUIVO_AndreLucasGuerreiroOliveira.pdf> Acessado em 19 de mai. 2019.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis.** São Paulo: USP, 2015.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS.** São Caros: UFSCar, 2007.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** São Paulo: Ubu, 2017.

SAFFIOTI, Heleieh. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa de. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 63, p.237-280, 2002.